

# Estado, cidades, e políticas de comunicação

**Othon Jambeiro**

No Brasil, o Estado intervém, historicamente, no campo das comunicações de várias maneiras, destacando-se entre elas a concessão de licenças de uso de canais para telefonia, radiodifusão e outros serviços de comunicações, além de controle da publicidade de produtos perigosos, a proteção aos menores e garantia do direito de resposta. Há também maneiras ilícitas e mesmo ilegais, pelas quais os governos tentam controlar sobretudo a mídia, sendo mais usuais: a distribuição da verba publicitária, a negociação de empréstimos em bancos oficiais, o perdão de dívidas, a flexibilização e a dispensa de impostos.

A intervenção lícita do Estado, geralmente por via de leis e regulamentos, tem sido justificada pelo argumento de que o *interesse público* é servido, mais efetivamente, através de regulação, do que pelo princípio liberal de não-interferência do Estado. A regulação do campo é, em conseqüência, exigida, para evitar não só a anarquia no uso das informações e dos processos comunicacionais, como também que poderosos interesses se tornem dominantes, dificultando ou mesmo impedindo competição e diversidade. Também aqui, fala-se em tese, porque em alguns países a regulação tem levado à censura e ao uso político e ideológico do campo. Em outros, a regulação prende-se exclusivamente a disposições que asseguram diversidade de fontes e de opções de canais de informação, deixando tudo o mais sob a égide de leis ordinárias.

Nos anos recentes, por força dos processos de privatização de praticamente todos os serviços e atividades deste campo, o domínio conceitual tem sido exercido pelo modelo liberal, que cresceu e ganhou predominância no mundo, no rastro do chamado neoliberalismo. Este modelo assume que uma esfera pública democrática emerge naturalmente como conseqüência de ações livres e privadas de industriais e prestadores de serviços do campo da informação e das comunicações. O Estado deveria, portanto, por-se à parte, numa posição de não-interferência, exceto no que respeita às questões morais, mas ainda assim atuando por intermédio de leis ordinárias.

O modelo liberal baseia-se na idéia de que os regulamentos governamentais falham na consecução de seus objetivos e freqüentemente produzem o oposto, na medida em que as pessoas usam as informações disponíveis para evitar os controles

estabelecidos. Empresas e grupos de interesse corrompem agências reguladoras e usam seus poderes para excluir competidores e manter artificialmente altos preços para seus produtos. Além disso, a introdução de inovações é atrasada e a atividade econômica torna-se esclerosada, uma vez que a sorte dos reguladores não depende dos efeitos das regulações. Eles podem até mesmo se beneficiar dos erros, se estes gerarem demanda para novos controles, com vistas a corrigir problemas novos criados por problemas anteriores (Kelley e Donway, 1990:78-97).

Estudos no campo da Economia Política das Comunicações têm procurado demonstrar que pressões econômicas, regulatórias, financeiras e políticas dirigem e condicionam as atividades das empresas do setor e sua influência na dinâmica do mercado específico. Campo tradicional de estudo das relações entre Estado, mercado, sociedade e mídia, os estudos nele realizados têm-se voltado para a maneira pela qual essas relações afetam ou determinam o tipo de serviços de informação e comunicação disponíveis na sociedade; como se comportam e operam as empresas que prestam esses serviços; os tipos de conteúdo que essas forças externas criam na mídia; e as implicações desses fatores para a cultura, a política e as atividades sociais como um todo. Sua essência está no postulado de que a conjunção de fatores econômicos e políticos são centrais para a compreensão do que ocorre no setor e para a formulação de políticas públicas voltadas para os serviços de informação e comunicação.

Os estudos desse campo procuram, em primeiro lugar, explicar as forças que pressionam as empresas, compelindo-as a adotar determinados comportamentos, ao mesmo tempo que pressionam os consumidores a aceitar seus produtos. Busca-se, com isso, conhecer as tendências e transformações do setor (Owen *et alii*, 1974; Owen e Wildman, 1992). As investigações dirigem-se também para o conhecimento das estruturas das indústrias e dos prestadores de serviços de comunicações e informações. Elas são estudadas não só em si mesmas mas também nas suas relações com o mercado e com as diversas instituições da sociedade, com as quais interagem de diferentes maneiras. O interesse desta linha está em conhecer as várias direções em que se desenvolvem as políticas e estratégias das empresas e dos governos, visando controlar as variáveis decorrentes do comportamento do mercado e do conflito de interesses econômicos envolvidos.

Há também uma vertente de estudos que se volta para a análise dos fenômenos da concentração e monopolização do setor, seus efeitos culturais e sociais e as mudanças impostas às sociedades por sua transformação em sociedades da informação (Mosco e Wasko, 1998; Dyson e Humphreys, 1988; Garnham, 1990).

Um foco de interesse dos pesquisadores muito disseminado nos anos recentes é o estudo do vertiginoso e convergente desenvolvimento tecnológico das áreas de comunicações, informática e microeletrônica, com conseqüências altamente significativas na mídia, na cultura de massa e nos serviços de informação e comunicações. A integração das tecnologias de telefonia, computação, radiodifusão, cabodifusão, satélites artificiais e robótica, entre outras, está mudando completamente a maneira pela qual se produz, distribui e consome produtos e serviços de informação, cultura e comunicações. Essas mudanças levantam importantes questões de natureza econômica e política, sobre demandas de tecnologia, sua distribuição e acesso universal, e impactos sociais e culturais sobre as várias camadas da população.

A linha comum entre essas vertentes da economia política das comunicações é o postulado de que os *media*, a indústria e os prestadores de serviços do setor são entidades econômicas, que trabalham num contexto político-econômico, tendo como objetivo produzir e vender processos, tecnologia, serviços, produtos e conteúdos aos consumidores. São, portanto, atores dos processos políticos, culturais e econômicos da sociedade, dos quais sofrem influência e os quais influenciam. As condições de competição entre esses atores variam significativamente, a depender da forma como interagem com os poderes econômico e político da sociedade, particularmente com o Estado e suas instituições.

Mais recentemente têm havido estudos relativamente sistemáticos, e em número crescente, sobre os papéis e as relações do chamado “poder local” com os serviços de informação e comunicações (Graham e Marvin, 2000; Carlson, 1999; Wheeler, Aoyama e Warf, 2000; Strover e Berquist, 2001; Gillet, 2004; Ford, 2004). Esta vertente reconhece que os trabalhos tradicionais do campo da economia política das comunicações têm se mostrado de grande utilidade na compreensão das articulações de interesses que se estabelecem, nos níveis nacional e internacional, na montagem e exploração de infra-estruturas e serviços deste setor. Têm, igualmente, investigado em profundidade o papel do Estado e dos grupos de interesse nos processos regulatórios, particularmente a crescente redução de seu poder frente aos conglomerados multinacionais financeiros, que aumentaram substancialmente sua participação nas atividades econômicas relacionadas à informação e às comunicações. Mas é muito restrito o conhecimento gerado sobre esses processos no nível das cidades, inclusive no que diz respeito à relação dos níveis de poder e decisão locais com os níveis nacional e internacional de regulação e controle – o Estado Nacional – e de execução dos serviços de comunicações – as empresas nacionais e multinacionais.

Este texto parte da constatação de que, hoje, muitas cidades se caracterizam como produtoras e consumidoras de serviços de informação e

comunicações, centros de poder político, econômico e cultural, com aspirações de crescente grau de autonomia. Geradoras e receptoras de fluxos de informação e comunicações, elas têm sido, nos últimos anos, espaços físicos, econômicos, culturais e políticos nos quais se concentram infra-estruturas e serviços que, graças ao intenso desenvolvimento científico e tecnológico das comunicações, da informática e da indústria eletro-eletrônica, permitem e estimulam a virtualização de vários aspectos da vida humana, sobretudo nos ambientes urbanos. Este fenômeno, o da emergente virtualização de várias de suas atividades, como o trabalho *on-line*, o comércio eletrônico, a educação à distância, jogos em rede, tem-nas fortalecido significativamente.

As instituições políticas e sociais dessas cidades constituem os *loci* primários de prática democrática e, como tais, formadoras de cidadãos. E no contexto da chamada Sociedade da Informação essa prática depende fortemente de infraestrutura e serviços de informação e comunicações, considerados, na contemporaneidade, fatores-chave para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, ampliação e aprofundamento da democracia.

Argúi-se, pois, que este contexto emergente torna necessário examinar os recortes locais dos papéis e ações do poder público e das empresas concessionárias desses serviços. Isto é, necessita-se compreender se e como os complexos urbanos munem-se ou não de políticas que preservem sua soberania e sua capacidade de beneficiar-se, com suficiente autonomia, do desenvolvimento da sociedade mundial, no caso particular, do desenvolvimento científico e tecnológico na área de informação e comunicações. É necessário, igualmente: (i) saber se têm proposições objetivas nesta área, consistentes com o cenário real de suas relações econômicas, políticas e culturais com o mundo, no novo contexto internacional; e (ii) conhecer conceitos e disposições legais, políticas e econômicas que atribuem, retiram, condicionam ou limitam os poderes da cidade para lidar com infra-estrutura e serviços de comunicações.

As bases contextuais e conceituais a seguir postas buscam estabelecer balizas que ajudem a delimitar investigações com foco nas relações das cidades com as comunicações, na perspectiva de criar condições para a objetividade de suas formulações e a acuidade de seus resultados.

## **URBES CONTEMPORÂNEAS**

Formadas a partir da concentração espacial das atividades de governo (as cortes, a nobreza, as forças armadas), de religião (os sacerdotes e curandeiros etc.), as cidades consolidaram-se e expandiram-se concomitantemente com o aparecimento e crescimento da chamada burguesia urbana, responsável pelo comércio intra- e interaglomerados urbanos e zonas rurais. Quando, séculos mais tarde, surge

a industrialização, os núcleos urbanos já haviam proliferado em todo o mundo, sempre fundados nas atividades de governo, da religião e do comércio. Como afirma Graziano (2006: p. A2):

“A velha ordem fisiocrata, dominada pela nobreza sobre o campesinato, começou a se dismantelar com o florescimento das antigas cidades medievais. O nascente comércio originou a burguesia urbana. No século 18, a vitória da urbe sobre o campo se consagrou com a industrialização capitalista.”

Mitchell (2000:67) esclarece que os engenheiros romanos criaram lugares adequados à habitação ao inventarem sofisticados suprimentos de água e rede de esgotos. Muito mais tarde, a revolução industrial trouxe as redes de gás e de eletricidade, transformando as cidades em espaços iluminados, com isso liberando as pessoas do ciclo natural do dia e da noite. A tecnologia de aquecimento de água e de ambientes fez a vida melhor nos períodos de inverno. Mais tarde ainda, condicionadores de ar contiveram o calor dentro das residências, dos locais de trabalho e diversão, e também dos veículos de transporte. Mas o mundo de lugares conectados só veio surgir quando Graham Bell inventou o telefone.

Sola Pool já havia apontado para alterações substanciais na vida das cidades, com a chegada do telégrafo e do telefone: “corporate offices moved away from the factory, which could be adequately controlled by a phone call to the hired manager; the president moved downtown, where he could have face-to-face meetings with bankers, suppliers, and customers” (1990:68-69). A consequência foi a transformação dos centros das cidades em locais para instalação de escritórios de negócios.

As cidades são hoje caracterizadas por enorme disparidade de dimensão, número de habitantes e desenvolvimento socioeconômico, entre outros fatores. São díspares em tal magnitude que o termo cidade deixou de ter unidade conceitual. Pelo contrário, adquire significado muito particular quando aplicado a cada aglomerado urbano que a ele faz jus. Há cidades com milhões de habitantes e com menos de uma dezena de milhares; há cidades tão vastas que englobaram outras cidades, formando metrópoles ou regiões metropolitanas; há cidades pobres, ricas, situadas em zonas de atividade econômica predominantemente rural e outras marcadamente industriais.

No Brasil – que por muitos anos permaneceu considerado um país de população predominantemente rural – entre 1950 e 1970 “os habitantes rurais, majoritários em 63,8%, decaíram para 44,1%” (Graziano, 2006). Nos anos 1990, a população urbana chegou a 75,5%, sendo hoje calculada em 84% (*idem*). O certo é que o Brasil tinha, em 2006, 5.661<sup>1</sup> aglomerados considerados urbanos e chamados

idades. A maior parte, por força do crescimento econômico, intensificação dos negócios, projetos de governo e ampliação do sistema educacional, aliados ao desenvolvimento científico e tecnológico, ingressaram no chamado mundo digital: segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 82% das cidades brasileiras tinham telefonia fixa, em junho de 2006, e 50% já tinham acesso local à Internet, em 2005.<sup>2</sup> Dados da revista *Tele.Síntese*, contudo, advertem que, em setembro de 2005, apenas 1.606 municípios do país – geralmente os mais economicamente favorecidos – dispunham de acesso via banda larga. Uma situação que, segundo a revista, “se repete também nas grandes metrópoles brasileiras, onde as chances de um morador de favela ter acesso à banda larga são oito vezes menores que a dos cidadãos de mesma renda e classe social que vivem em outras regiões da cidade” (cf. *Tele.Síntese*, 26/7/2006).

Mesmo sem banda larga, os dados mostram que os habitantes de numerosos municípios passaram a poder interagir, via acesso discado, instantânea e virtualmente, com áreas deles distantes, em atividades de natureza tanto econômica quanto cultural, política e social. Qualificaram-se, desta maneira, para serem parte da

“(…) estrutura de fluxos mais ou menos estáveis, mantidos por agentes públicos e privados, que refletem não apenas as características do passado, mas também as novas formas de inserção no mercado mundial. Esses fluxos são proporcionais à rede de influência que as cidades exercem sobre o seu espaço imediato e pelo que deles recebem, que passa a ser um elemento de posicionamento da cidade na estrutura urbana” (Egler, 2006:25).

Apesar dessa importância para praticamente todas as suas atividades, os municípios brasileiros interferem praticamente em quase nada que se refira aos processos decisórios ou regulatórios da infra-estrutura e dos serviços de comunicações estabelecidos em seu território. Isto se deve, sobretudo, ao fato de a tradição federativa do Brasil lhes reservar pouco ou nenhum poder decisório neste campo. Excluídas desses processos, as cidades não se prepararam para neles atuar ou mesmo para negociar com os provedores de tais infra-estrutura e serviços, diferentemente de outros serviços públicos, para os quais sempre desempenharam o papel de provedores. É o que ocorre com os serviços de coleta de lixo e estradas vicinais, por exemplo, tradicionalmente executados direta e exclusivamente pelas prefeituras; serviços de saúde e educação, nos quais atuam parcialmente, geralmente em serviços médicos primários e na educação básica; e serviços de água, esgoto e eletricidade, em que são provedores auxiliares (salvo no caso da iluminação dos logradouros públicos, cujo provimento é de sua total responsabilidade).

No que se refere aos serviços de comunicações, contudo, o município atua exclusivamente no licenciamento de obras e de posteamento (neste caso apenas quando se trata de fixação de novos postes, porque quando já existem, geralmente para eletricidade, é a empresa que os fixou originalmente – e não a prefeitura – que autoriza seu uso para outros fins) ou enterramento de cabos. Quem delinea toda a infra-estrutura e o padrão de serviços de comunicações a serem prestados no município são as operadoras, em conjunto com o governo federal, diretamente ou por intermédio da Anatel. Normalmente, a demanda do mercado configura a infra-estrutura e os serviços de comunicações, cabendo aos operadores estabelecer estratégias de atendimento àquela demanda. Não é incomum também que as operadoras sejam proativas e introduzam inovações para criar novos mercados. Schmandt acredita que isto possivelmente contribui para a indiferença dos governos municipais quanto ao planejamento de comunicações. Eles assumem que as operadoras cuidarão disso (1990:106).

Esta apatia dos municípios, contudo, não se dá exclusivamente no campo das comunicações. Kerbauy observa que usualmente os municípios criam conselhos municipais para os quais há obrigatoriedade legal, como os de saúde, educação, serviço social, proteção ao menor e trabalho. Em outras áreas de políticas públicas, contudo, “as iniciativas espontâneas dos governos locais são mais difíceis de acontecer” (2001, p. 57).

Ocorre que as comunicações passaram a ser um importante fator para as economias urbanas. Um município que dispõe de eficiente serviço desta natureza, para uso tanto da gestão pública quanto da iniciativa privada, pode ter vantagem na competição por investimentos, na identificação e busca de recursos públicos e mesmo no fomento de atividades econômicas, culturais e sociais entre os seus municípios. Isto tem sido demonstrado em várias investigações sobre a vida econômica das cidades (ver, por exemplo, Moss & Townsend, 2000).

Daí decorre a necessidade de saber se os prefeitos e seus executivos percebem que não têm nenhum controle sobre este potencial fator de desenvolvimento, isto é, não têm voz nas decisões que conformam a infra-estrutura e os serviços de comunicações nos municípios que governam. Importa, igualmente, saber: que papel o governo municipal procura ter na discussão e planejamento do desenvolvimento local das comunicações? Pelo menos tenta intermediar ou liderar as partes interessadas, situadas no seu território (organizações de cidadãos, operadoras, homens de negócio, empresas cujas atividades dependem fortemente de comunicações, como bancos), no planejamento de infra-estruturas e serviços de informação e comunicações? (Schmandt, 1990:3-5).

Outras questões que podem ser levantadas são: em que contexto os líderes municipais vêem as infra-estruturas e serviços de informação e comunicações? No contexto econômico, social, cultural? Eles os vêem como parte de estratégias de desenvolvimento? Têm a compreensão de que essas infra-estruturas e serviços emergiram como o mais eficiente meio de transportar, processar e gerar informação?

Os métodos tradicionais dos poderes públicos municipais na busca do desenvolvimento econômico e social têm sido: fortalecer os sistemas educacional e de saúde; e aperfeiçoar os serviços de transporte, água, esgoto, coleta de lixo, entre outros. Mais recentemente, entretanto, muitos têm se mostrado interessados na revitalização das culturas locais, inclusive na criação de bibliotecas públicas municipais, na modernização da gestão administrativa e mesmo no incremento do fluxo de informações para os cidadãos.

Ocorre que tudo isto depende, hoje – e cada dia mais – de tecnologias de informação e comunicações. Não só os processos de gestão das próprias prefeituras, mas também os que decorrem de compromissos, convênios e acordos com a União e os Estados, todos necessitam crescentemente de basear-se nessas tecnologias. A pergunta, central e recorrente, pois, é como podem e o que estão fazendo os municípios para desempenhar seus papéis, num novo contexto que inclui, não apenas inovações tecnológicas, avançados fluxos e redes de informação e comunicações, mas, sobretudo, forte competição por recursos públicos e investimentos privados.

## **MUNICÍPIOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**

Schmandt argumenta que

“there is definitively a role for public-sector involvement in telecommunications planning. The precise nature of that role will depend on the environment of the city in question. There are, however, some guidelines for developing policy. A telecommunications oriented urban policy should recognize the way in which telecommunications technology imposes new demands on labor skills, office location and design, and transportation infrastructure” (1990:299).

Entre as razões para que o planejamento de comunicações não esteja incluído com frequência nas estratégias de desenvolvimento econômico de longo prazo das cidades ele aponta as seguintes: (i) os técnicos em planejamento dos municípios não estão acostumados a tratar com infra-estrutura de comunicações e, quando muito, apenas o fazem com ralação às necessidades da própria administração municipal; (ii) a imprecisa natureza dessa infra-estrutura, isto é, não há estudos que mostrem objetivamente seu

potencial, como há, por exemplo, em relação à abertura de avenidas e ruas e à construção de redes de esgotos; e (iii) não há indicadores claros de ligação entre necessidades do desenvolvimento e soluções de comunicações (*ibidem*).

Mas ele chama a atenção para o fato de que existe um papel para as cidades no tocante ao encorajamento do sistema escolar e entidades ligadas a treinamento de mão-de-obra para que qualifiquem estudantes, jovens trabalhadores e desempregados nas tecnologias de informação e comunicações. Isto pode ajudar a cidade a atender demandas de trabalhadores capacitados nessas tecnologias. Enfim, diz ele, é essencial para as cidades desenvolverem habilidades para competir numa economia crescentemente globalizada. As comunicações são um elemento fundamental para isto. É importante ter a infra-estrutura e os serviços de comunicações necessários para atividades econômicas que deles dependem (*idem*:296).

Isto significa que é essencial aos municípios inserirem-se nas redes virtuais de informação, na medida do possível utilizando a melhor tecnologia disponível. Como adverte Egler:

“Segundo uma concepção logística, competitividade está diretamente vinculada, não apenas à densidade ou à extensão das redes, mas também à sua confiabilidade, expressa no seu caráter permanente e pouco vulnerável a perdas ou a rupturas temporárias. Neste aspecto as redes técnicas mudam as distâncias relativas e as condições específicas dos lugares. Se o estoque de riqueza pode ser considerado como atributo do lugar, sua capacidade de gerar fluxos de renda está definida pelas condições que o ligam aos outros lugares, isto é, sua conectividade às redes técnicas” (2006:25).

Aplica-se aos municípios também a abordagem deste autor quanto ao papel desempenhado pelas instituições e organizações na delimitação dos territórios, em um mundo entremeado de redes, que conduzem crescentes fluxos de informação e comunicações. Utilizando princípios do chamado Institucionalismo,<sup>3</sup> Egler argúi que

“o papel de guardião dos lugares, atribuído institucionalmente ao Estado, não é suficiente para garantir o controle efetivo sobre o território, que é compartilhado com as empresas que operam as redes logísticas que o atravessam. Essas, por sua vez, embora desejassem a volatilização total das redes físicas, continuam prisioneiras do território, sujeitas à capacidade de mobilização social de seus habitantes” (2006:27).

Isto é, embora a Internet possibilite qualquer computador ligar-se virtualmente a qualquer outro, em qualquer parte do mundo, ela depende das estruturas físicas localizadas nas cidades.

Para Egler (*idem*), portanto, embora tenham mandato constitucional para governar por completo seu território, os municípios, no caso das infra-estruturas e serviços de informação digital e comunicações – não por ato de vontade, mas por imposição constitucional, legal e também factual – partilham tal poder com as operadoras de telecomunicações e de outras redes virtuais que utilizam seus espaços físicos e os atravessam. Só que, diferentemente das tradicionais redes rodoviárias e ferroviárias, por exemplo, que ao ocuparem e atravessarem as terras dos municípios prestam serviços locais, com acesso universalizado para toda a população, essas novas redes usam o território para suportes e apoios terrestres, mas nem sempre prestam serviços locais, ou não universalizam a oferta dos serviços que prestam.

Egler afirma ainda que não se pode mais considerar o que chama de redes logísticas (energia, transportes, comunicações) como redes separadas. A atração de investimentos de capitais globais para qualquer região depende da consolidação e operação destas redes, que devem ser tratadas como “uma estrutura integrada, multimodal e interdependente, que é fundamental para garantir o controle sobre porções selecionadas do território, que constituem os novos domínios, de onde se projetam ramos ou linhas de expansão que abrem fronteiras em novas zonas de influência no mercado mundial” (2006:25). O problema está em que, além de as redes virtuais de informação e comunicações estarem se transformando em importantes vias de negócios e serviços públicos, elas apresentam significativa distinção das redes tradicionais: diferentemente das rodovias, rios e mares, com suas estações e portos, que são geograficamente localizados, as infovias virtuais fazem a conexão entre pessoas e máquinas sem qualquer submissão a critérios geográficos (Grant e Berquist, 2000:100).

Alba, por sua vez, afirma que

“El mundo vive una redefinición de los lugares centrales en provecho de las metropolis, las cuales logran instaurarse en la cima de una nueva jerarquia urbana. La metropolización y el surgimiento de megalopolis a escala planetaria constituyen procesos de gran importancia para las sociedades contemporáneas, sobre todo en la segunda mitad del siglo XX, y mas recientemente, como uno de los resultados y efectos de la mundialización, acumulando nuevas tensiones y desigualdades en el espacio social y político de las mismas. Asi, la primera condición para alcanzar dicho status, es integrarse a los flujos globales que estructuran y fomentan el capitalismo avanzado (...)” (2006:165).

Mitchell argúi que os limites e outras definições das cidades são contestados de duas formas: de um lado, os fluxos globais de informação estão reduzindo a importância dos antigos limites políticos e diminuindo a efetividade do espaço físico público para produzir e representar a integração social da cidade. De

outro, a privacidade eletrônica e as tecnologias de gestão de interação estão criando a possibilidade de novos cismas e subdivisões nos ambientes urbanos (2000:96). Por isso, argumenta ele, é preciso criar novas fontes de vitalidade econômica para as cidades. Para ter um crescimento seguro e vigoroso, elas sempre tiveram necessidade de combinar recursos naturais e transportes com disponibilidade de terra, trabalho e capital. Agora, diz ele, com o surgimento da revolução digital, tudo isto está mudando (*idem*:110).

Mas que significa esta mudança?

Barreto argúi que

“a cidade orienta a distribuição de sua população por uma ordem vocacional de participação no sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, que se entrelaçam com uma ordem (ou desordem?) sócio-cultural. Nesse sentido, a formação dos grupos urbanos e o planejamento urbano orientam os espaços sociais diferenciados que denominamos de Comunidades Urbanas” (1991:13).

Ele alerta, contudo, para o fato de que essas comunidades

“se diferenciam por fortes elementos como: o nível de educação, o nível de renda, condições de participação na força de trabalho, religião, raça, leitura, acesso e interpretação dos códigos formais de conduta moral e ética, possibilidade de acesso às fontes de informação e aos canais de comunicação, e a codificação e decodificação do código linguístico comum. Esta diferenciação marca a divisão da cidade em núcleos urbanos coexistindo em diferentes espaços” (*idem*:14).

A sobrevivência e o desenvolvimento hoje, portanto, se dão pela via da interdependência, o que, como adverte Mattelart, nos obriga a pensar o mundo como uma unidade interconectada. “A força pura torna-se obsoleta diante dos problemas complexos das sociedades contemporâneas. A ‘diplomacia das redes’ substitui a ‘diplomacia dos canhões’” (2002:102).

Nesta mesma direção aponta Smythe, para quem uma ação local viável requer uma estrutura nacional democrática, assim como o desenvolvimento nacional adquire força se tem como base comunidades locais. Isto, para ele, é um processo dialético que liga a comunidade local com a comunidade global (1994:328). De fato, são muitos os autores que não reconhecem nos governos nacionais os melhores agentes para implantar e incrementar infra-estruturas físicas em geral, assim como educação e saúde. De maneira geral, sugerem que os municípios, isoladamente, associados entre si, ou coordenados pelos governos regionais, dependendo do volume de recursos investidos e da amplitude das obras a serem executadas, são mais indicados para isto. Sobretudo quando se trata de comunicações, transportes e outras

estruturas físicas, assim como treinamento de mão-de-obra para atrair e manter investimentos públicos e privados.

É preciso, portanto, desvendar como as cidades se manterão, inclusive em termos econômicos, culturais e políticos, num mundo de permanentes fluxos virtuais de informação e comunicações. Mitchell (2000:14) acredita que investimentos, empregos e poder econômico deverão migrar para os lugares que rapidamente criarem as infra-estruturas digitais necessárias e efetivamente passarem a explorá-las. Isto é, avançarão aquelas cidades que compreenderem o fenômeno mais significativo da contemporaneidade: o surgimento das máquinas de guardar, transmitir, conectar e processar informação, associadas com os softwares e as interfaces necessários para fazê-las operar. E que a informação tornou-se desmaterializada e desincorporada, circulando pelo mundo em enormes quantidades por meio de redes de computadores (*idem*:13).

Ele afirma também que, em consequência dessa desincorporação, a vida social, econômica e cultural baseia-se, agora, não só em movimentos e reuniões, mas também na produção, reprodução, guarda, distribuição e uso de informação. “Connections and interactions among people, the communities that these exchanges created and sustained, and the forms of the cities that housed them, all started inexorably to change” (*idem*:131). Em outras palavras, adverte, as cidades dependem agora da combinação de comunicações síncrona e assíncrona, o que dá origem ao que ele chama de Economia da Presença<sup>4</sup> (*ibidem*).

De maneira geral, tem-se constatado que as infra-estruturas de informação e comunicações acompanham as infra-estruturas físicas existentes, fazendo com que o espaço de fluxos conviva com o espaço de lugares. Por exemplo, concentrações de prédios tendem a ter uma infra-estrutura de comunicações. Assim, estruturas físicas e estruturas eletrônicas terminam por formar redes paralelas.

Schmandt (1990) adverte que, por causa do efeito que as mudanças neste cenário podem ter na infra-estrutura e nos serviços de comunicações, em termos locais, o poder público municipal deve acompanhar os debates regulatórios bem de perto, buscando assegurar a qualidade dos serviços, inclusive em períodos de transição tecnológica ou organizacional. Um dos meios para se colocar como agente facilitador de negociação de interesses distintos é a promoção de fóruns sobre planejamento de comunicações, reunindo operadoras e os vários grupos de interesse do município. Além de propiciar ambiente para negociações, tais eventos servem para melhorar a qualificação dos funcionários e técnicos municipais no que se refere às comunicações. Além disso, “the local governance of ICTs is an attempt to impose a local logic to the space of flows, and this in effect is its political salience” (Southern, 2000:250).

Em suma, as cidades são hoje concentrações de conhecimento, lugares privilegiados do desenvolvimento da chamada economia da informação,<sup>5</sup> que caracteriza o mundo dos negócios contemporâneo. São também centros avançados de inovação e os principais espaços humanos em que as informações são interpretadas (Berg & Winden, 2002:264), o que, aliás, é percebido claramente por Epstein, em sua análise da indústria editorial: “Os livros são escritos em todos os lugares, mas sempre precisaram das culturas complexas das grandes cidades nas quais pudessem reverberar” (2002:28). Na verdade, a era das comunicações terminou se caracterizando não por criar um sistema de informação independente de distâncias, mas sim por concentrar em um limitado número de lugares as fontes básicas de informação e conhecimento avançado: as metrópoles (Wheeler, Aoyama e Warf, 2000:6).

### **METRÓPOLES E TECNÓPOLES**

Há cidades que ultrapassaram as demais, em termos de população, aglutinação de serviços, volume de negócios, e consolidaram uma cultura própria, da qual emergem cidadãos cujo comportamento e modo de vida adquirem características singulares. São urbanos em plenitude, no sentido de que se nutrem social, cultural e economicamente de valores em cuja constituição predominam as relações urbanas, cidadinas. São chamadas de metrópoles, destacando-se entre elas cidades como Londres, Paris, Berlim, Madri, Frankfurt, Roma, Milão, Tóquio, Beijing, Nova York, Los Angeles, México, São Paulo, Rio de Janeiro. Elas hospedam atividades econômicas centrais no mundo dos negócios, além de concentrarem importantes instituições governamentais, organizações culturais e políticas e estabelecimentos educacionais (Wheeler, 2000:5).

Segundo Grant e Berquist,

“Mitchell Moss’s research on urban infrastructure and economic development has discovered that investment in information infrastructure has allowed a number of cities to develop as significant centers of commerce. According to Moss, to some extent, ‘the size and importance of a city is determined by the amounts and kinds of information flowing into and out of it, and by the way it is interconnected with other cities in the national flow network’” (2000:102).

Graham e Marvin chamam a atenção para o fato de que os avanços em comunicações são um fenômeno dirigido predominantemente pelo dinamismo econômico das cidades, particularmente as metrópoles. Estas têm interesses envolvidos na economia internacional, que é baseada cada vez mais em fluxos de informação, serviços e produtos simbólicos como mídia, publicidade, entretenimento eletrônico, serviços culturais, assim como movimento de pessoas, bens e mercadorias (2000:76). Tendo interesses na economia internacional devem estar côncias das necessidades

de comunicações de potenciais negócios e oportunidades nesse nível. Usualmente são menos dependentes das economias locais e regionais porque conseguem colocar-se bem no mercado internacional – assim como no nacional – em função de terem capacidade de oferecer avançados serviços de comunicações, isto é, de propiciar aos negócios nelas situados a participação no que Castells (2000:19) chama de fluxos virtuais de informação.

Para ele, uma das características da cidade contemporânea é a velocidade de circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital, em ritmo cada vez mais acelerado. Na verdade, novas tecnologias vêm transformando as relações de espaço e tempo, criando um crescente fluxo de informação e comunicações, e reconfigurando o espaço social num espaço de fluxos (*ibidem*).

Castells admite que a constituição do espaço de fluxos escapa ao controle de qualquer localidade, sendo dominado pelas elites globais que, para isso, *baipassam* locais isolados e fragmentados. Resistências e contestações a este domínio têm levado, contudo, inclusive à afirmação, nesses fluxos, das variadas identidades culturais do ser humano.

Outra grande transformação trazida pelas comunicações para as cidades contemporâneas foi o aumento da possibilidade de as pessoas melhor controlarem suas relações pessoais. Mitchell realça que nos primórdios da urbanização, quando uma pessoa queria encontrar outra, ia para a praça, a rua principal, o bar, a loja, onde, contudo, podia encontrar também quem não desejava. Com o aparecimento dos meios eletrônicos de comunicação, um encontro dessa natureza pode ser marcado por telefone ou por e-mail, no tempo e no lugar precisos, onde quem marcou o encontro encontrará apenas a quem quer encontrar (2000:94).

Da mesma forma, as tecnologias avançadas de comunicações podem reformular interdependências entre cidades e regiões. Estar na faixa horária correta, falar a língua apropriada, ter adequado software e ser competitivo no mercado global de mão-de-obra pode ser mais importante do que estar na mesma área metropolitana dos seus concorrentes. Basta que se tenham conexões de voz e vídeo de boa qualidade e baixo custo para poder prestar certos tipos de serviços a grandes distâncias:

“Thus telephone and video call centers in Sydney can serve customers who want to make airline reservations in Hong Kong. Similarly, stenographers in Hyderabad can transcribe dictation from doctors in Chicago (exploiting the time zone difference to provide overnight service), draftsmen in Manila can produce CAD documents for London architectural and engineering firms, and very-low wage workers in Africa can watch video monitors connected to security cameras in New York” (*idem*:20).

Mitchell argúi que, embora algumas estruturas de produção ainda necessitem se localizar perto de suas fontes de matéria-prima, outras dependem basicamente do uso coordenado de comunicações e redes de transportes que as liguem a sistemas de distribuição, de suprimento e fornecedores. E, nesses casos, para estabelecer as ligações entre essas redes, softwares compatíveis são muito mais importantes do que proximidade (*idem*:105). Na verdade, segundo Mosco, com a integração de computadores para processar informação, de satélites e cabos de fibra ótica para intensiva distribuição e de monitores de alta definição, o mundo dos negócios dá mais um passo para a realização do que foi previsto por Marx: “Capitalism by its nature drives beyond every spatial barrier. Thus the creation of the physical conditions of exchange – of the means of communication and transport – the annihilation of space by time, becomes an extraordinary necessity for it” (*apud* Mosco, 1993:136).

Graham e Marvin destacam que, como parte dessas transformações, as cidades, e os corredores entre elas, vêm sendo permeadas com grandes conjuntos de redes de comunicações: telefonia fixa, sistemas de rádio, redes sem fio, de cabodifusão, satélites, internet e redes de dados e vídeo (2000:71). Além disso, cresce a digitalização de aparelhos de toda natureza, inclusive de utensílios domésticos – que trazem processadores embutidos – que exigem a existência de infra-estrutura de comunicações e também a criação ou transformação de espaços físicos privados e públicos apropriados.

Mitchell adverte que se a revolução agrícola formou novos relacionamentos entre as pessoas e os lugares de produção, e a revolução industrial criou o relacionamento entre o homem e a máquina, a rede mundial digital de hoje está reconstituindo a relação do ser humano com a informação (2000:14). Nas cidades, por exemplo, como realçam Berg e Winden (2002:265), os sistemas de informação sobre o tráfego urbano contribuem para a redução de congestionamentos, assim como o chamado “home working” reduz o uso de transportes. A internet reduz o isolamento e oferece oportunidades de relacionamento, inclusive para pessoas impedidas, por doença, idade ou outra razão, de locomover-se para espaços de sociabilidade. Além disso, o uso de tecnologias de informação e comunicações tem ajudado o poder público municipal a governar, por meio do chamado e-governo, por intermédio do qual os cidadãos podem ter acesso a serviços oferecidos pela prefeitura, assim como podem elevar seus níveis de participação social e política.

Mas este é apenas um lado da história. Os mesmos autores chamam a atenção para o fato de que embora as tecnologias de informação e comunicações ofereçam grandes vantagens para os cidadãos, seu impacto é reduzido na medida em que apenas uma fração da população tem acesso a esta fonte de informação (*idem*:267).

Há que considerar, portanto, o acirramento das desigualdades no interior das cidades e mesmo entre elas e entre regiões. Winseck (2002:400) ressalta que a infra-estrutura global de informação discrimina espaços urbanos, ligando apenas alguns distritos e mesmo edifícios específicos à rede mundial. Em consequência, áreas inteiras do globo estão sendo virtualmente eliminadas do ciberespaço.

Graham e Marvin (2000:90), embora enalteçam as estratégias urbanas relativas às comunicações, põem em dúvida suas conseqüências e suas verdadeiras inspirações socioeconômicas. Embora desconfiem de que se está supervalorizando o papel potencial das tecnologias de informação e comunicações nas estratégias urbanas, eles as vêem positivamente porque, segundo afirmam, interações virtuais são intrinsecamente ligadas à vida metropolitana contemporânea, e também porque elas são baseadas numa compreensão mais sofisticada das complexas relações entre as novas mídias e a vida urbana. Além disso, aquelas estratégias sugerem que as articulações entre os espaços urbanos e as novas tecnologias criam oportunidade para intervenções inovadoras, planejadas e locais, mais propensas a trazer benefícios do que as forças do mercado e as distantes hierarquias do estado central. Contudo, põem em dúvida se as iniciativas urbanas de incremento das tecnologias de comunicações irão reforçar e recriar novas formas de exclusão social e danos ecológicos ou se servirão para desenvolver um futuro urbano mais inclusivo e sustentável.

Eles sugerem que se questione como as estratégias relativas às tecnologias de informação e comunicações se ligam ao debate mais amplo sobre equidade social, a cultura e o campo público, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Uma vez que poderosos meios de comunicação de massa e interesses comerciais defendem essas estratégias, existe o perigo de que estejam sendo configuradas de tal forma que podem perpetuar e reforçar as tendências de polarização social e espacial das áreas urbanas (*idem*:92).

Semelhante preocupação tem Mitchell, para quem

“With utopianism and crude technological determinism often dominating popular and, in many cases, academic debates, it is not surprising that the potential roles of urban policy-makers and planners in ‘socially shaping’ new technologies in cities at the local level are usually overlooked (see, for example, Negroponte, 1995; Martin, 1995). This neglect, however, is problematic. It means that a fast-growing wave of urban experimentation with telecommunications, which is currently emerging across advanced industrial cities, is largely ignored within urban planning and policy debates. This is a problem because such innovation promises to have major practical and theoretical implications for how we might consider the future of cities, urban policy, and planning. It may also offer lessons on the broader question of how we

might best understand the relations between cities and new communications technologies, and how we might address the crucial question of thinking about the 'local' and the 'urban', in an increasingly tele-mediated and globalized era" (2000:73).

## CONCLUSÃO

A regulação das comunicações está no centro de um dos grandes conflitos de nosso tempo: enquanto parcelas significativas de cidadãos e lideranças nacionais e mundiais pedem regulamentos, ainda que flexíveis, os grandes conglomerados de empresas defendem que princípios regulatórios visando controlar a "mão invisível do mercado" são contra-indicados para o desenvolvimento econômico, político e cultural dos povos. Advogam, por conseguinte, que os estados nacionais devem liberar os oligopólios de obrigações não comerciais, como universalização dos serviços, por exemplo, e de barreiras de qualquer natureza, que possam impedi-los de colocar-se competitivamente no mercado global.

A possibilidade mais concreta de solução do conflito certamente está na radicalização da democracia e do exercício da cidadania. Por este caminho, a forma e a fisionomia socioeconômica e cultural dos países poderão ser alteradas, pela inclusão contínua de novos estratos sociais nos processos decisórios nacionais e internacionais. Esses emergentes grupos de interesse, na medida em que adquiram familiaridade com os mecanismos de poder, com a realidade política e a ordem estabelecida, podem, consistentemente, por meio do exercício pleno da cidadania, contribuir eficazmente para se auto-incluírem, organizadamente, nos processos socioeconômicos básicos da sociedade.

Consideradas como *loci* privilegiados para a iniciação das pessoas nas práticas políticas e nos processos democráticos, as cidades parecem ser cruciais para esta inclusão popular. Por isso os elementos conceituais e contextuais aqui expostos sugerem que elas devem ser estimuladas a agir e a entrar no debate sobre os processos decisórios relativos à infra-estrutura e aos serviços de comunicações. Elas começam a despertar para o fato de que a conglomeração e a internacionalização desse setor impedem que haja oferta significativa de serviços diversificados, no nível local. Isto é, que o controle total da infra-estrutura e de parcela significativa dos serviços, por parte desses conglomerados, deixa pouca margem para a criação e desenvolvimento de serviços e produtos, fora do eixo formado por empresas nacionais e multinacionais.

É fato conhecido que os regulamentos que expressam as políticas públicas nacionais para as comunicações não estabelecem mecanismos de proteção nem de estímulo à produção local e regional de informação por meios eletrônicos, em qualquer

de suas formas.<sup>6</sup> Além do mais, a globalização do controle da infra-estrutura e dos serviços do setor impõe padrões de produção e gestão baseados na economia de mercado global, que demandam o uso de tecnologia de ponta e grande volume de recursos financeiros. Assim, serviços e produtos de informação, criados no nível local, são obrigados a seguir um alto padrão operacional e de geração e comercialização de seus produtos, sob pena de serem levados à extinção. A questão é de natureza política e tem relação direta com a cultura, a identidade, a autonomia e o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, como coloca Schiller:

“(...) how much power do we wish to cede to private corporations in the determination of our economic, political, and overall cultural life? Information is, as we know, a generic term covering everything from bank checking data to television shows and from government data bases to education, to plant and animal genes. Over what stretch of this giant range do we want the corporate economy to reign? Over what span should private judgments about resource allocation and use be permitted to become dominant?” (1993:205).

Essas considerações indicam a necessidade da formulação de proposições analíticas objetivas sobre o local e o global, no contexto da chamada Sociedade da Informação, consistentes com o cenário real das relações – e suas mediações – econômicas, políticas e sociais contemporâneas. Investigações mais aprofundadas, que integrem visões de vários campos do conhecimento sobre as transformações em curso, são essenciais para que se possa compreender a realidade objetiva em que as relações entre os cidadãos, governos e grupos de interesse locais, nacionais e internacionais se dão, sob as novas condições impostas pelas tecnologias avançadas de informação e comunicações.

Por fim, cabe afirmar que as limitações ao exercício do poder municipal, no que diz respeito à infra-estrutura e aos serviços de comunicações, são muitas. A disposição de vencê-las depende muito pouco de manifestações documentais de propósitos. É necessário – e, na verdade, crucial – que às expressões dos documentos reivindicatórios se sigam atos e movimentações que levem à ocupação de espaços institucionais. Estudos sobre o tema certamente ajudarão a compreender a natureza das limitações e a equacionar mecanismos apropriados para superá-los.

OTHON JAMBEIRO é PhD em comunicação (University of Westminster, Londres), mestre em ciências sociais (Universidade de São Paulo - USP), professor titular do ICI/UFBA.

## NOTAS

1 [www.municipionline.com.br](http://www.municipionline.com.br). Acessado em 16 de outubro de 2006.

2 Dados anunciados verbalmente pelo Superintendente de Universalização da Anatel, Moisés Gonçalves, em seminário promovido pela Tele.Síntese, em Brasília, em 7 de junho de 2006.

3 O Institucionalismo é uma corrente de pensamento dentro do corpo de pesquisadores que se dedicam à análise das políticas públicas. Embora comporte derivações e ênfases variadas, em linhas gerais, esta corrente estuda as instituições sociais – compreendidas como a legislação formal e as normas informais que governam e determinam a estrutura das sociedades – e a maneira pela qual elas moldam o comportamento humano e todas as formas de agrupamento social. Para os adeptos desta corrente, as instituições são o veículo pelo qual as práticas políticas (em todos os sentidos) das sociedades humanas são transmitidas. Em termos práticos, eles valorizam o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, contrapondo-se à ortodoxia econômica de inspiração liberal, que enfatiza quase que exclusivamente o papel do mercado. Contrapõem-se também à economia política, uma vez que defendem a centralidade das dimensões social e política para a mudança econômica (Hall & Taylor, 1996, p. 943).

4 Este conceito de Mitchell significa que hoje se deve considerar, no planejamento de todas as atividades diárias, o custo-benefício dos diferentes graus de presença que as tecnologias avançadas de informação e comunicações permitem administrar. Isto é, se preciso fazer, por exemplo, uma transação bancária, devo analisar as vantagens e desvantagens de fazê-la via web, ou presencialmente, ou por telefone (idem, 2000:129-144).

5 Dentro do espírito de economicidade que rege o mundo, a incorporação dos habitantes dos municípios à web é também lucrativo. Exemplo disso é o fato de o Google ter implantado uma rede gratuita de acesso sem fio para todos os moradores e visitantes de Mountain View, Califórnia. O segredo está em que o acesso é feito pelo browser do Google. Ele decidiu por esta ação após constatar que o uso de seus serviços de busca e publicidade aumenta sempre que o uso da banda larga se difunde. Em consequência, vai apoiar os municípios americanos que estão procurando instalar redes WiFi municipais de alta velocidade (Cf. Boletim FNDC, de 16 de agosto de 2006).

6 Mesmo a disposição constitucional de regionalização da produção dos programas de rádio e TV não foi ainda regulamentada, quase 20 anos depois de promulgada a Constituição Federal cujo art. 221 determina expressamente a “regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Felipe de. “Son gobernables las metrópolis? Nuevo paradigma social y las ‘luchas’ sociales por los servicios em México como uma redefinición del espacio político”. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 7, n. 12, 2006, p. 165-176.

BARRETO, Aldo. *A informação e o cotidiano urbano*. Rio de Janeiro: Ibict/CNPq/ECO/UFRJ, 1991, mimeo.

BERG, Leo van den e WINDEN, Willem van. “Should Cities Help Their Citizens to Adopt ICTs? On ICT-Adoption Policies in European Cities”. *Environment and Planning C: Government and Policy*, vol. 20, 2002, p. 263-279.

BOWLES, Jonathon. “Is There a Broadband Gap for Businesses In Brooklyn?” Center for an Urban Future, 10 January 2005, disponível em [http://www.nycfuture.org/content/reports/report\\_view.cfm?repkey=149&search=1](http://www.nycfuture.org/content/reports/report_view.cfm?repkey=149&search=1), acessado em 31.01.2008.

CARLSON, Steven C. *A Historical, Economic, and Legal Analysis of Municipal Ownership of the Information Highway*, 25 Rutgers Computer and Tech. L. J., vol. 1, n. 24, 1999.

CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 2000.

DYSON, K. e HUMPHREYS, P. “Regulatory Change in Western Europe: from National Cultural Regulation to Intenational Economic Statecraft”, in K. Dyson *et alii*, *Broadcasting and New Media Polices in Western Europe*, London: Routledge, 1988, p. 92-160.

EGLER, Cláudio A. G. “Mercosul: um território em construção? Ciência e Cultura”. São Paulo: SBPC, ano 58, n. 1, 2006, p. 24-28.

EPSTEIN, Jason. *O negócio do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FORD, George S. “Does Municipal Supply of Communications Crowd-Out Private Communications Investment? An Empirical Study”, Applied Economic Studies, Inc., working paper, 2004.

GARNHAM, N. *Capitalism and Communication*. London: Sage, 1990.

GILLET, Sharon E. *Municipal Trends, Broadband Properties*, set. de 2004,

disponível em [http://www.broadbandproperties.com/2004%20issues/sept04issues/Gillett\\_Municipal\\_trends.pdf](http://www.broadbandproperties.com/2004%20issues/sept04issues/Gillett_Municipal_trends.pdf), acessado em 31 de janeiro de 2008.

GRAHAM, Stephen e MARVIN, Simon. “Urban Planning and the Technological Future of Cities”, in James O. Wheeler; Yuko Aoyama; Barney Warf (eds.). *Cities in the Telecommunications Age – The Fracturing of Geographies*. New York: Routledge, 2000, p. 71-96.

GRANT, August E. e BERQUIST, Lon. “Telecommunications Infrastructure and the City: adapting to the convergence of technology and policy”, in James O. Wheeler; Yuko Aoyama; Barney Warf (eds.). *Cities in the Telecommunications Age – The Fracturing of Geographies*. New York: Routledge, 2000, p. 97-111.

GRAZIANO, Xico. Cidades Rurais. O Estado de São Paulo, página A2-Espaço Aberto, 04.07.2006.

HALL, Peter A. and TAYLOR, Rosemarylor. “Political Science and the Three New Institutionalisms.” *Political Studies* 44(5), 1996, p. 936-957.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. “Federalismo, Descentralização e Democracia”. *Estudos de Sociologia*, vol. 6, n. 10, 2001.

KELLY, David e DONWAY, Roger. “Liberalism and Free Speech”, in Judith Lichtenberg (ed.), *Democracy and the Mass Media*. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 87-102.

MATTELART, Armand. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MITCHELL, William J. *e-topia*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

MOSCO, V. e WASKO, J. (eds.). *The Political Economy of Information*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

MOSCO, Vincent. “Transforming Telecommunications”, in J. Wasko; V. Mosco; M. Pendakur (eds). *Illuminating the Blind Spots*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation Norwood, 1993.

MOSS, M. L. e Townsend, A. M. “How Telecommunications Systems are Transforming Urban Spaces”, in James O. Wheeler; Yuko Aoyama; Barney Warf (eds.). *Cities in the Telecommunications Age – The Fracturing of Geographies*. New York: Routledge, 2000, p. 31-41.

OWEN, Bruce M. e WILDMAN, Steven S. *Video Economics*. London: Harvard University Press, 1992.

OWEN, B.M.; BEEBE, J.H. e MANNING JR., W.G. *Television Economics*. New York: Lexington Books, 1974.

SCHMANDT, Jurgen *et alii* (eds.). *The New Urban Infrastructure – Cities and Telecommunications*. Austin: The University of Texas at Austin, 1990.

SCHILLER, Dan. “Telecommunications and the European Single Market: a View from the United States”. in J. Wasco; V. Mosco; M. Pendakur, *Illuminating the Blindspots*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1993, p. 196-207.

SMYTHE, Dallas (Edited by Thomas Guback). *Counterclockwise*. Boulder: Westview Press, 1994.

SOLAPOL, Ithiel. *Tecnologies Without Boundaries: on Telecommunications in a Global Age*, Cambridge: Harvard University Press, 1990.

SOUTHERN, Alan. “The Political Salience of the Space of Flows – Information and communication technologies and the restructuring city”, in James O. Wheeler; Yuko Aoyama; Barney Warf (eds.). *Cities in the Telecommunications Age – The Fracturing of Geographies*. New York: Routledge, 2000, p. 249-266.

STROVER, S. and BERQUIST, L. Developing Telecommunications Infrastructure: State and Local Policy Collisions. In Compaine, B. M. and Greenstein S. (eds.), *Communications Policy in Transition: The Internet and Beyond*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

WHEELER, James O.; AOYAMA, Yuko e WARF, Barney (eds.). *Cities in the Telecommunications Age – The Fracturing of Geographies*. New York: Routledge, 2000.

WINSECK, Dwayne. “Wired Cities and Transnational Communication: New Forms of Governance for Telecommunications and the New Media”, in L. Lievrouw e S. Livingstone, *The Handbook of New Media*. London: Sage, 2002.